

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.523 - MG (2019/0290561-4)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **ESTADO DE MINAS GERAIS**
PROCURADOR : **VANESSA FERREIRA DO VAL DOMINGUES E OUTRO(S) -**
MG117845
RECORRIDO : **LINDALVA MARIA DA SILVA OLIVEIRA**
ADVOGADO : **JORGE HENRIQUE SOARES - MG143782**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Estado de Minas Gerais** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fl. 365):

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - DIREITO À SAÚDE - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO - MULTA COMINATÓRIA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE - OBSERVAÇÃO - PERÍODO DE VIGÊNCIA - LIMITAÇÃO.

- *A multa tem o escopo de forçar o devedor a cumprir a ordem judicial, seja na fase de conhecimento, em tutela provisória, na sentença, ou na fase de execução. É arbitrada em valor compatível com a obrigação.*
- *Aplica-se multa cominatória contra a Fazenda Pública (§1º do art. 536 do CPC e do art. 11 da Lei n.º 7.347/1985).*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015 (fls. 406/413).

A parte recorrente aponta violação ao art. 537, § 1º, do CPC/2015. Sustenta, em resumo, que: (I) não cabe a imposição da multa cominatória contra o Estado, pois *"fora da sua finalidade, como na hipótese presente, a multa não assegura a prestação imposta e gera manifesto prejuízo à coletividade"* (fl. 421); e (II) deve ser reduzido o *quantum* arbitrado a título de multa pecuniária.

O Ministério Público Federal, na condição de fiscal da lei, opinou pelo não conhecimento e improvimento do recurso especial (fls. 459/462).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Superior Tribunal de Justiça

De início, verifica-se que a insurgência não merece prosperar.

Com efeito, a questão trazida à discussão, relativa à imposição de *astreintes*, restou assim decidida pelo Tribunal *a quo* (fl. 369):

Ora, frente ao apresentado, tenho que não há óbice à cobrança da multa cominatória aplicada pelo Juízo de origem quando da decisão liminar, nos períodos em que o Ente Público de fato descumpriu tal determinação.

Explico-me. Sobre a matéria, observo que a multa tem o escopo de forçar o devedor a cumprir a ordem judicial, seja na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução. Nesse contexto, o arbitramento de multa visa assegurar o cumprimento da prestação, ainda que alcance coercitivamente a vontade do obrigado, bem como, por raciocínio lógico, punir o inadimplente.[...]

Cumpre dizer que a decisão recorrida está em conformidade com o entendimento firmado no âmbito desta Corte Superior, no sentido de ser cabível a aplicação de multa cominatória, para o cumprimento de obrigação de fazer, contra a Fazenda Pública.

Confirmam-se:

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RPV. MULTA PELO ATRASO NO PAGAMENTO. FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. *É possível a imposição de multa cominatória ao devedor quando há inadimplemento de obrigação de fazer, ainda que seja contra a Fazenda Pública. Precedentes: REsp. 1.011.849/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 3.8.2009; REsp. 836.913/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ 31.5.2007; AgRg no REsp. 1.129.903/GO, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJe 24.11.2010.*

2. *Agravo Regimental do DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DAER desprovido.*

(AgRg no REsp 1.169.742/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 27/10/2016)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

DE FAZER POR PARTE DO ESTADO. FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. ART. 461 DO CPC. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. ASTREINTES. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. [...]

2. A jurisprudência desta Corte firmou-se no mesmo sentido da tese esposada pelo Tribunal de origem, segundo a qual **é possível ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, fixar multa diária cominatória - astreintes -, ainda que contra a Fazenda Pública, em caso de descumprimento de obrigação de fazer.**

3. Relativamente ao art. 461 do CPC, a jurisprudência desta Corte pacificou o entendimento de que a apreciação dos critérios previstos na fixação de astreintes implica o reexame de matéria fático-probatória, o que encontra óbice na Súmula 7 desta Corte. Excepcionam-se apenas as hipóteses de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura neste caso. Precedentes. [...]

Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 885.840/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/8/2016, DJe 23/8/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO. ASTREINTES. FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE.

1. A tese não trazida nas razões do recurso especial, mas apenas mencionada quando da interposição do agravo interno, não merece conhecimento por configurar inovação recursal.

2. Segundo o entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, **é possível a fixação de multa diária contra a Fazenda Pública para assegurar o cumprimento de obrigação de fazer. Precedentes.**

3. Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa extensão, improvido.

(AgInt no REsp 1.280.068/MT, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, julgado em 16/8/2016, DJe 23/8/2016)

Por sua vez, no tocante ao valor das *astreintes* fixadas no presente feito,

cabe ressaltar que na via especial não é cabível, em regra, a revisão do valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de multa diária por descumprimento da obrigação de fazer, ante a impossibilidade de análise de fatos e provas, conforme a Súmula 7/STJ.

Contudo, a jurisprudência desta Corte admite, em caráter excepcional, que o *quantum* arbitrado seja alterado, caso se mostre irrisório ou exorbitante, em clara afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Sobre o tema, leiam-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO NÃO LEVANTADA NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL. INOVAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. IMPOSIÇÃO DE MULTA DIÁRIA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO. REVISÃO DO VALOR ARBITRADO (R\$ 2.000,00). REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. [...]

2. A revisão do valor fixado a título de multa em decorrência do descumprimento de decisão judicial, encontra óbice na Súmula 07/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, e ao caráter pedagógico da indenização.

3. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso.

4. Agravo Regimental do Estado de Pernambuco desprovido. (AgRg no AREsp 446.099/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/4/2014, DJe 8/5/2014)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. MULTA DIÁRIA. ASTREINTES. PRETENSÃO DE REDUÇÃO DA MULTA. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. A jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que, em regra, não se mostra possível em recurso especial a revisão do valor fixado a título de multa diária (astreintes) pelo

Superior Tribunal de Justiça

descumprimento de decisão judicial, pois tal providência exigiria incursão na seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ. 2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 449.804/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/3/2014, DJe 19/3/2014)

No caso dos autos, todavia, a parte agravante não demonstrou que o valor arbitrado se revelaria exorbitante. Quanto ao ponto, o voto condutor do acórdão ora impugnado consignou (fls. 371/372):

Isso posto, deve a multa ser limitada, e o montante imposto pelo Juízo de origem - R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) -, a meu ver, respeita os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Além disso, considerando que o Agravante extrapolou inclusive o limite valorativo vislumbrado pelo Magistrado, não resta dúvida de que este fora imposto de forma a não neutralizar as implicações da multa.

Nesse contexto, tenho que notadamente cabível a imposição de multa, com o fito de impor o cumprimento da medida liminar de fornecimento de medicamento, no período compreendido entre a aplicação da multa (setembro de 2012, fl. 33-TJ) e o efetivo fornecimento do medicamento (fevereiro de 2013, fl. 117-TJ).

Desse modo, deve ser mantido o valor estabelecido a título de *astreintes*, tendo em vista que ancorado no contexto fático delineado nos autos, não se mostrando, pois, exorbitante.

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator